

Adusp

INFORMATIVO
Universidade de São Paulo

Associação dos Docentes

Ação do Gatilho, poucos avanços

Na reunião de 14/8, o Vice-Reitor enfatizou os esforços realizados para buscar o fechamento da lista de beneficiários. Apesar deste empenho, os avanços foram modestos conforme relatamos a seguir.

No início da reunião a Adusp perguntou à reitoria sobre dois pontos pendentes: necessidade do beneficiário ser associado da Adusp em 1990 e situação dos pesquisadores. A Reitoria informou que ainda não se decidiu sobre essas questões. A Adusp reiterou sua

interpretação da sentença em favor de todos que eram docentes em 87 e 90 e, também, de ser justa a inclusão dos pesquisadores que exerciam funções docentes.

A Adusp apontou problemas nas exclusões por litispendência, entregando uma listagem de 42 nomes em que o conflito era com a mesma ação que tramita na Justiça do Trabalho.

A Reitoria enviou em 01/08/2008 diversas planilhas buscando responder sobre os 414 nomes cuja situação ainda não tinha sido ca-

racterizada. Na sua resposta ela não considerou nossa manifestação anterior sobre os 208 que ela mesma já havia enviado em maio/2008. De qualquer forma, nos manifestamos sobre todos os nomes enviados, indicando várias inconsistências que foram anotadas pelos representantes da Reitoria para posterior verificação. É importante salientar que muitas das informações apresentadas pela Reitoria eram incompletas, o que impossibilitava uma avaliação conclusiva da situação (isto após os 60 dias pre-

vistos pela Reitoria para essa tarefa!).

Os avanços

Considerando o prazo de 90 dias estabelecidos pelo juiz em seu despacho publicado no dia 18/07 (ver Informativo Adusp 264) para que a USP entregue a lista dos beneficiários, acordou-se produzir até 18/09: lista incontroversa de beneficiários, lista daqueles que o juiz não reconheceu o direito ao benefício da ação e lista dos casos em que há controvérsia entre a USP e a

Adusp. A Reitoria se comprometeu a abrir um canal de comunicação direto com a equipe do DRH para acelerar o processo.

A intenção da Adusp é que entre 18/09 e 18/10 haja divulgação ampla dessas listas de modo que todos os envolvidos possam se manifestar sobre eventuais erros. A Adusp solicitou a colaboração da Reitoria para ter acesso ao banco de endereços de todos os ativos, aposentados, e pensionistas, para encaminhar as informações pertinentes.

Reunião entre Fórum das Seis e Cruesp

Na última reunião com o Cruesp, no dia 8/7, na Reitoria da Unesp, o Fórum das Seis questionou, inicialmente, as dificuldades de agendamento de reuniões e de cumprimento de acordos feitos.

O Cruesp não está respeitando o acordo de envio mensal de planilhas e de realizar reuniões técnicas periódicas para acompanhamento da arrecadação do ICMS. Além disso, vale lembrar que a arrecadação em 2007 fechou em R\$ 45,7 bilhões e, portanto, o Cruesp descumpriu compromisso indicado nos itens 1 e 2 do seu Comunicado nº 3/2007 (ver *Informativo Adusp* 260). Os demais assuntos tratados na reunião são, resumidamente, apresentados a seguir.

Folga de caixa

Ficou claro que existe grande folga de caixa nas

Universidades e que o baixo comprometimento médio de seus orçamentos com salários comportaria as correções salariais reivindicadas. O Fórum ressaltou que o reajuste de 6,51% foi insuficiente, sobretudo diante de uma inflação que beira 2% no período após a modesta correção.

Os reitores alegaram que a folga orçamentária possibilitou investimentos e avanços acadêmicos importantes, dentre eles a expansão de vagas. Quanto a este aspecto, o Fórum cobrou do Cruesp uma postura mais contundente no que diz respeito a exigir do governo a vinculação de recursos adicionais de 0,05% e 0,07% do ICMS destinados às universidades para garantir, respectivamente, a expansão de Limeira (Unicamp) e a incorporação de Lorena (USP).

Quanto ao pagamento dos aposentados com recursos subvinculados às universidades, os reitores não negam que a permissão introduzida pela lei que criou a SPPrev precisa ser estudada a fim de analisar o impacto das aposentadorias na folha de pagamento e nos orçamentos; contudo, alegam que na prática, até agora, não houve mudança alguma, pois a verba das universidades tem sido repassada pelo Estado para manter as aposentadorias. Outra dúvida que permaneceu foi quanto à dívida de R\$ 1 bilhão da Unesp com o INSS, que o Cruesp afirma tratar-se de uma “questão contábil”.

Perplexidade

Sobre a Univesp (ensino à distância), o presidente

do Cruesp afirmou que “não vai causar nenhum tipo de ônus para as universidades”, pois o financiamento é todo da área estadual. O Fórum foi contundente ao colocar suas preocupações, deixando claro que o problema pode não se tratar apenas de eventual “ônus financeiro”, mas sim de as universidades serem coniventes com a adoção de política inadequada para provimento de formação inicial, sobretudo de professores, que é por onde seria iniciada a Univesp.

Novamente, com ar de perplexidade, os reitores ensaiaram desqualificar nossos argumentos acusando-nos de não ter propostas, ao que o Fórum informou prontamente sobre o Plano Estadual de Educação – Proposta da Sociedade Paulista (PL nº 1074/2003, Alesp – uma cópia foi encaminhada ao Cruesp).

Sobre como será tratado

o conteúdo do § 4º do artigo 4º da LDO-2009 (necessidade de publicação trimestral da movimentação de verbas, inclusive de pesquisas), os reitores, com ar de surpresa, tergiversaram.

Questionados sobre Políticas de Permanência Estudantil, em especial pelos representantes dos DCE da USP e da Unicamp, os reitores, sem apresentar dados concretos, afirmaram que realizaram mais do que havia sido acordado anteriormente, provavelmente fazendo alusão ao final do item 1 do Comunicado Cruesp nº 3/2007, o que é, no mínimo, questionável.

Até o fechamento dessa edição, o Fórum não tinha recebido as planilhas de comprometimento mensal (a última foi recebida em abril); e nem tampouco a reunião técnica, solicitada para agosto, havia sido agendada.

Na FZEA, Comissão evita debate franco sobre reforma do Estatuto

Três membros da Comissão Especial do Conselho Universitário para Estudar a Reforma Estatutária da USP — os professores João Grandino Rodas, da Faculdade de Direito, presidente da comissão; Glaucius Oliva, do Instituto de Física de São Carlos; e Marcos Felipe de Sá, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto — estiveram no campus de Pirassununga em 12/6 para apresentar suas propostas de modificação do Estatuto. Na plateia, uma quantidade significativa de docentes e funcionários, e alguns poucos alunos.

Podia-se sentir o grande interesse de todos em participar e se informar a respeito de tão importante tema, visto que têm sido raras as oportunidades de participação democrática quando da discussão de temas fundamentais à Universidade de São Paulo.

Após ouvir as boas-vindas do diretor da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos (FZEA), o professor Rodas introduziu o tema. Alegou que entende o ímpeto dos que querem avançar “mil passos”, mas que isso não seria possível; seria preferível avançar “dez passos”, como possibilidade real, a ter um objetivo inalcançável e, portanto, gerador de impasses. (Entretanto, a questão neste caso não é escalar, e sim vetorial. Dez passos em que direção e sentido? Dependendo da direção e sentido, pode ser melhor ficar parado).

Por fim, o professor Rodas enfatizou que a comissão estava ali mais para coletar opiniões do que opinar, frustrando grande parte da plateia que esperava um debate franco e direto. Em seguida, o professor Glaucius fez uma apresentação na qual expôs o trabalho de tabulação das

diversas sugestões apresentadas à comissão.

Temas e propostas

Segundo o professor, os artigos do Estatuto que receberam maior número de sugestões de alteração se concentram em três temas principais: descentralização administrativa e reformulação dos colegiados; carreira docente; eleição para reitor.

As propostas apresentadas relacionadas a estes temas são:

- Criação de três sub-reitorias;
- Modificação da composição dos Conselhos de Departamento e das Congregações para torná-los mais representativos e diminuir o número de participantes;
- Desmembrar a função de professor associado em três níveis. A progressão entre os níveis se daria por avaliação da Comissão de Avaliação

Acadêmica (CAA);

- Turno único para a escolha da lista tríplice das chapas de Reitor e Vice-Reitor e que o colégio eleitoral sejam as Congregações, com maior participação de estudantes e funcionários, como previsto na LDB (em tese um avanço).

Estas propostas foram apresentadas praticamente desta maneira, sem nenhum detalhamento. Aparentemente são só idéias vagas, por enquanto, ou então não se quer revelar o que realmente se pretende.

A falta de debate

Em seguida, foi aberta a palavra para quem quisesse se manifestar. Como não havia propostas detalhadas, as intervenções foram bastante especulativas. Exemplo: em que sentido seria a mudança na representação dos colegiados?

Para torná-los mais democráticos e representativos

ou, ao contrário, ainda mais dominados por uma minoria de professores titulares? Como torná-los mais representativos diminuindo o número de representantes? Sem o detalhamento da proposta por parte da comissão o debate ficou comprometido.

Apesar disso, alguns questionamentos importantes surgiram das intervenções da plateia:

- A incoerência de se propor a descentralização por meio das sub-reitorias e, ao mesmo tempo, centralizar na CAA a progressão entre níveis de Professor Associado;
- A inexistência de correlação entre excelência acadêmica e excelência na gestão do ente público, onde qualidades como espírito público, liderança, legitimidade, entre outras, são imprescindíveis;
- Supervalorização das publicações científicas na avali-

ação do desempenho dos docentes, em detrimento das atividades de ensino, extensão e mesmo engajamento institucional;

- Legitimidade da comissão para conduzir o trabalho de reforma do Estatuto;
- Legitimidade do CO para aprovar o documento que rege todas as atividades na USP.

Por sua vez, os funcionários técnico-administrativos não se sentiram minimamente valorizados na apresentação. Questionaram o porquê de a sua carreira não constar entre os pontos principais da reforma do Estatuto.

Os debates, porém, foram dominados pelo “bode na sala”. A proposta, sem nenhum significado de fundo para a Universidade, de criação das sub-reitorias foi objeto de grande parte das intervenções. Ainda por falta de detalhes, questionou-se se as

Manifesto lido na FEA pede extinção da Comissão Especial

Proclamar que “não é toda a universidade que corrobora o modo como está sendo feita essa reforma”: essa a intenção de um manifesto lido durante a audiência pública sobre a Reforma do Estatuto da USP realizada em 5/8 na FEA. Assinado pelo Diretório Central dos Estudantes-Livre (DCE) e pela Associação dos Pós-Graduandos (APG), o texto tem como eixo o repúdio à falta de democracia nos fóruns da USP: “O processo [de reforma] carrega os vícios da estrutura de poder da universidade”, avalia Bruno Ranieri, diretor do DCE.

O manifesto, entregue ao presidente da comissão, professor João Grandino Rodas, considera “um retrocesso”

realizar a reforma do Estatuto por meio de uma comissão tão restrita. “Assim, exigimos a extinção imediata da Comissão Especial para Estudar a Reforma do Estatutária da Universidade de São Paulo”, declara o texto.

Os trabalhos da Comissão Especial, designada pelo CO em 2006, começaram com seis membros (cinco docentes e um representante estudantil). Ranieri conta que “a comissão pediu às congregações sugestões, e elas vieram, mas no final de tudo dois professores se afastaram do grupo”. Por conta disso, em março de 2008, houve uma ampliação da comissão, cuja composição passou a contemplar nove assentos para do-

centes, quatro para estudantes e dois para funcionários (estes últimos, no entanto, recusaram-se a eleger representantes).

“Retirar detalhes”

Fernando Rugitsky, um dos representantes discentes na comissão, chama atenção para o caráter da proposta que vem sendo levada às audiências. Ele vê os resultados da consulta às unidades ser deixado para trás, pois os representantes docentes na comissão alegam que o que foi discutido pelas unidades aparentemente não tem a ver com o novo processo.

Falando da preparação realizada no interior da comissão para as audiências, Rugitsky lembra que “a grande

preocupação deles [os professores designados pelo CO] era retirar o máximo possível de detalhes” da apresentação. “É uma proposta de linhas gerais que não politiza”, avalia.

Segundo Ranieri, a audiência realizada na FEA foi muito mal explicada pelos professores da comissão: “Até abriam para discussão, mas ela foi muito protocolar”, completa o estudante. No debate, em consonância com as falas críticas dos estudantes, o professor Mocy Aizenstein, do ICB, assinalou que as mudanças propostas são tímidas e que concorda com a constatação de que a USP é a universidade mais autoritária do país.

sub-reitorias não seriam mais uma instância de passagem dos processos sem nenhum poder decisório.

Respostas evasivas

A maioria das respostas oferecidas pela comissão foi evasiva e sem novidade. Argumentou-se que: “a avaliação tem que ser centralizada, pois as unidades são corporativistas”. São? O que sustenta esta afirmação? E os membros da CAA, não têm seus interesses? Ou “vieram de Marte”?

Argumentou-se também que a avaliação docente pode ser feita em outras bases, mas que devemos reconhecer o mérito do sistema atual: “a enorme evolução da Pós-Graduação brasileira devido ao sistema de avaliação da Capes”; “a evolução da produção científica nacional refletida na 15ª posição na lista de países que mais publicam artigos científicos no mundo”.

Ou seja, a proposta é dar continuidade a uma avaliação dos docentes individualizada, centralizada, produtivista e estreita, focando um único aspecto da atividade docente. Membros da Comissão ainda afirmaram que os encargos dos dirigentes da USP vão além do aspecto administrativo, o que justificaria a escolha de docentes no topo da carreira para exercê-los. Quanto à legitimidade do processo, apenas afirmaram que a Comissão e o CO têm legitimidade para propor e decidir sobre a modificação do Estatuto, sem maiores argumentações. Um dos membros da Comissão afirmou que se tratava de democracia representativa (sic).

Era visível o desconforto dos membros da Comissão, talvez por não estarem acostumados ao debate democrático quando do exercício de seus cargos administrativos na USP. Por fim, colocaram à disposição para o envio de propostas o e-mail estatuto@usp.br. Porém sem especificar quem irá sistematizar as sugestões e com qual metodologia.

Docentes, funcionários e alunos repudiam reforma autoritária do Estatuto da PUC

A crise na PUC, iniciada em 2005, quando a instituição demitiu mais de 200 docentes (Informativo Adusp 207 e seguintes), agravou-se na medida em que a Cúria, por intermédio da Fundação São Paulo (Fundasp), tem aprofundado sua intervenção nas questões acadêmicas. A deterioração do ambiente interno acentuou-se.

Recentemente, o Conselho Superior da Fundasp rejeitou proposta de reforma do Estatuto da PUC apresentada pelo Conselho Universitário (Consun), devolvendo-a a este colegiado com alterações que foram consideradas antidemocráticas. A proposta da Fundasp encontrou resistência tanto no Consun quanto na comunidade universitária.

No dia 15/8, após negociação entre uma comissão de representantes do Consun e os representantes da Fun-

dasp, chegou-se a uma proposta de consenso para o Estatuto. A proposta cria uma nova instância na estrutura da PUC: o Conselho de Administração, onde a Fundasp terá maioria de votos. Ao mesmo tempo, manteve-se a consulta direta para reitor, com lista tríplice. Para a professora Ana Mercês Bahia Bock, representante docente no Consun, a negociação foi um “embate difícil”, mas as conquistas democráticas históricas foram preservadas. A proposta de consenso seria submetida à apreciação tanto do Consun quanto do Conselho Superior, dentro de poucos dias.

Repúdio

No dia 12/8, foi divulgada uma carta aberta contra a reforma pretendida pelos interventores, subscrita por lideranças estudantis e dirigentes dos sindicatos de professores (Apropue) e de funcio-

nários (Afapuc). Eles propõem que, em defesa da autonomia da instituição, seja construído um Congresso conjunto dos três setores da PUC-SP.

“Repudiamos a intervenção da Fundação São Paulo, que vem se aprofundando desde 2005 e que agora toma a sua forma definitiva por meio da proposta de estatuto”, diz o documento. “Repudiamos as propostas de esta-

tutos elaboradas sem o amplo debate da comunidade e que ferem a autonomia universitária e restringem a democracia interna”.

Segundo os signatários, “a tática de colaboração e negociação da Reitoria e do Consun com a Fundação São Paulo tem sido a principal responsável pelo aprofundamento da intervenção e o agravamento da crise na Universidade”.

Cobrança de taxa de matrícula por universidade pública é inconstitucional, decide STF

Agora é decisão do Supremo Tribunal Federal (STF): a cobrança de taxa para efetivação de matrícula dos estudantes nas universidades públicas fere a Constituição Federal. Em 13/8, os ministros do STF, por maioria de votos, reconheceram a inconstitucionalidade da cobrança, em julgamento conjunto de diversos recursos extraordinários sobre o mesmo assunto.

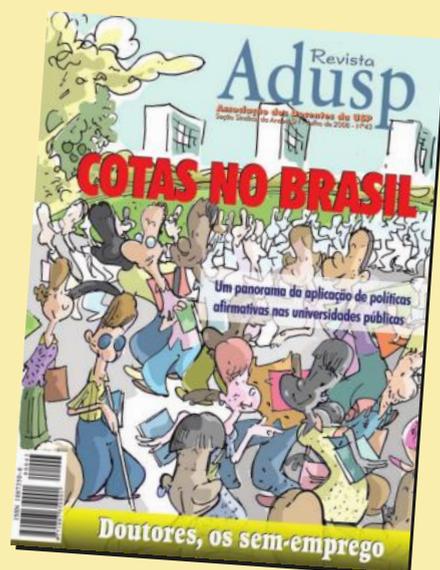
Após o julgamento dos recursos, foi aprovada, por unanimidade dos ministros, a redação da Súmula Vinculante nº 12: “a cobrança de taxa de matrícula nas Universidades Públicas viola o disposto no artigo 206, inciso IV, da Constituição Federal”. Tal dispositivo constitucional estabelece a “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais”.

Algumas universidades federais, como UFMG e UFG, vem cobrando taxas de matrícula dos alunos, sob a absurda alegação

de que a contribuição é necessária para sustentar a assistência estudantil! Mas o ministro Ricardo Lewandowski lembrou, em seu voto, que a Constituição Federal já obriga que a União aplique 18% da receita de impostos na educação, devendo esses recursos financiar também os gastos com assistência aos estudantes carentes.

“É um reconhecimento que tem dimensão histórica bastante relevante, diante da cobrança em diferentes cursos, especialmente de extensão e pós-graduação”, comenta o professor Rubens Camargo, da Faculdade de Educação da USP. “Gostaria de saber como vão se comportar as diferentes fundações privadas conveniadas com universidades públicas, que transformaram essa atividade numa fábrica de dinheiro, diante da decisão do Supremo, que é final. Vão tentar arranjar uma forma de burlar isso?”

Quer saber mais sobre políticas afirmativas e sistemas de cotas?



Revista Adusp 43
Distribuída aos associados
(versão digital em www.adusp.org.br)

Convênio polêmico entre USP e Monsanto

Ganhou repercussão na mídia tradicional e na Internet a celebração de convênio entre a USP, a empresa transnacional Monsanto e a Fundação de Apoio à USP (Fusp) para financiamento parcial do Programa de Pré-Iniciação Científica, revelado, em 7/8, por uma reportagem do jornal Brasil de Fato. O programa, financiado apenas por recursos privados, envolve a Secretaria de Estado da Educação e a USP e pretende “aproximar da universidade os alunos do ensino médio da rede pública”.

O Conselho de Pesquisa da USP referendou o convênio com a Monsanto em 25/6, em sessão extraordinária, depois que a empresa aceitou retirar do texto original os pontos criticados por representantes discentes em reunião anterior do colegiado. Posteriormente o convênio foi ratificado pelo Conselho Universitário.

O aporte financeiro da Monsanto, de R\$ 220 mil, está relacionado a um outro convênio, firmado entre a Secretaria da Educação, a USP, a Fusp e o Santander, com o objetivo de implantar e desenvolver o Programa de Pré-Iniciação Científica. Neste segundo convênio, cujo valor total é de R\$ 940 mil, o Santander

responderá por uma cota de R\$ 720 mil e a Fusp por R\$ 220 mil. A Monsanto não é citada neste último convênio, apenas a Fusp — que é mera intermediária do repasse.

A cláusula nona da minuta inicial, que foi inteiramente suprimida no texto final do convênio, dá uma idéia dos moldes que a empresa pretendia impor, ao estabelecer que a “USP e a Fusp estão cientes de e se comprometem a obedecer as disposições da Lei Norte-Americana contra Práticas de Corrupção Estrangeiras – de 1977 (Foreign Corruption Practices Act)”.

Outro dispositivo, que facultava à Monsanto supervisionar “o bom andamento deste Convênio, inclusive a educação e o acompanhamento científico que estão sendo oferecidos”, foi substituído por “Acompanhar o andamento das atividades-fim do presente convênio”. Além disso, foi inserido, também por sugestão dos estudantes, o compromisso das partes de “não utilizar valor superior ou equivalente a 5% do valor total do convênio para gastos com sua divulgação”.

Sigilo para todos

Foi mantida, embora com alterações, a cláusula de “sigilo e confidencialidade”. O

texto aprovado determina que a “USP e a Fusp e a Monsanto se obrigam por si, seus diretores, funcionários ou pessoal contratado, a manter o mais completo e absoluto sigilo em relação a toda e qualquer informação relacionada às atividades de quaisquer das três partes envolvidas neste convênio (...) das quais venha[m] a ter conhecimento ou acesso em razão do cumprimento do presente acordo”. O texto original obrigava a USP e a Fusp ao sigilo em relação a informações relativas à Monsanto.

A aprovação do convênio no âmbito do Conselho de Pesquisa contou com 32 votos e três abstenções. Segundo a ata, três professores que votaram favoravelmente ao convênio nem por isso se furtaram de criticar a Monsanto, empresa acusada de práticas condenáveis na comercialização de sementes e de organismos geneticamente modificados (OGM ou transgênicos).

No encerramento da sessão, o pró-reitor de Pesquisa em exercício, professor Paulo Saldiva, cumprimentou os estudantes pelo parecer que emitiram e que resultou em mudanças nos convênios. “O Conselho fica muito atento a pequenos detalhes adminis-

trativos e discute pouco política de pesquisa”, disse.

Christy Ganzert Pato, um dos representantes discentes no Conselho, avalia que o Programa de Iniciação Científica é positivo como projeto de inclusão. No entanto, ressalta que havia “outras quinhentas formas de conseguir esses 220 mil”, que não o financiamento da Monsanto. Ele dá o exemplo de projetos que constam no Fundo de Pesquisa com valores superiores a R\$ 4 milhões. Não os toma como modelo, mas explica: “Os canais de captação não são tão restritos”.

Crítérios da USP

Perguntado sobre o critério usado pela USP para fazer parcerias com a iniciativa privada, o professor Pedro Bombonato, coordenador do programa de Pré-Iniciação Científica, evita responder diretamente. Informa que foram consultadas cerca de 50 empresas (entre elas Phillips, Vale do Rio Doce, Banco Safra e Petrobrás), mas apenas Santander, Monsanto e Microsoft dispuseram-se a transferir recursos à USP.

No que diz respeito especificamente à Monsanto, Bombonato considera que a “diabolização” social de certas empresas não deve servir de

parâmetro negativo para as escolhas da USP. O que interessa, diz ele, é aquilo que a empresa se compromete a fazer no convênio.

Para a realização do programa, a universidade rejeitou a busca de recursos públicos. Bombonato afirma que foi cogitada uma parceria com o CNPq, que mantém um programa nacional de Iniciação Científica Jr., voltado para estudantes do Ensino Médio, mas ela não se efetivou “porque o valor da bolsa era muito pequeno e não havia a participação da Secretaria da Educação”.

Ele conta que os aportes do Santander e da Monsanto já estão sendo depositados na conta da Fusp e que em 1º/9 o programa será inaugurado. “Do ponto de vista prático, a Monsanto nunca esteve na universidade, nenhum representante dela veio à universidade e nem virá. Eles não podem e não devem interferir do processo de execução do programa”, garante, lembrando que o convênio também veda qualquer tipo de abordagem dos estudantes participantes pelas empresas financiadoras. A fiscalização do convênio ficará a cargo do Conselho de Pesquisa.

Reunião do Conselho de Representantes Sexta-feira, dia 22/08, às 12h

Pauta:

Informes • 6ª etapa • Estatuinte • relação com associados
cronograma para o 2º semestre • outros assuntos

A reunião é aberta a todos os associados

Ala do Clube
dos Professores
está fechada há
vários anos.
Aparentemente
em reforma.
Até quando?

